

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO E SUA DIMENSÃO SOCIAL: Proposta Metodológica Para Mensuração¹

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14532>

Submetido em: 24/5/2023

Aceito em: 1/7/2023

Aurea Andrade Viana de Andrade,² Edemar Rotta,³ Tiago Teixeira,⁴
Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas,⁵ Diomar Augusto de Quadros,⁶
Vinicius Tiago Schmitt⁷

RESUMO

A dimensão social compreende as diferentes relações e estruturas constituídas pelos seres humanos nas interações que estabelecem entre si e com a natureza. No artigo busca-se aprofundar as discussões sobre a dimensão social, a partir da abordagem territorial do desenvolvimento. Apresenta-se os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a reflexão em relação aos componentes centrais da dimensão social: as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos nas sociedades; as formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas e os valores, normas e estruturas sociais das sociedades. O texto está organizado em duas seções: na primeira, busca-se detalhar os componentes, delimitar as variáveis que são capazes de demonstrar os aspectos básicos de cada componente e indicar os instrumentos propostos para a coleta dos dados a respeito de cada variável escolhida; na segunda, apresenta-se a escala de mensuração da ativação do patrimônio territorial, bem como o Índice da Dimensão Social. A reflexão sobre a dimensão social, em estudos centrados no patrimônio territorial, evidencia a necessidade de se trabalhar com grandes componentes e variáveis, a partir de uma abordagem interdisciplinar, multidimensional e multiescalar, atenta às grandes transformações nas sociedades mundiais e capaz de perceber as manifestações dos diferentes atores e o desenho dos diversos cenários

Palavras-chave: patrimônio territorial; dimensão social; metodologia; índice da dimensão social.

¹ Texto resultante de Projeto de Pesquisa coordenado pelo professor doutor Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, que está em execução no PPGDTS - UFPR; (iii) o projeto *Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da fronteira noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*, em execução no PPGDPP-UFS.

² Autora correspondente: Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão/PR, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2843549171290076>. <https://orcid.org/0000-0003-3550-5933>. aureavgeo@yahoo.com.br

³ Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Cerro Largo/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/9661112584933921>. <https://orcid.org/0000-0003-1608-7078>

⁴ Northumbria University. Newcastle, Reino Unido. <https://orcid.org/0000-0003-3920-2921>

⁵ Universidade do Algarve – Ualg, Portugal. <http://orcid.org/0000-0002-3531-8444>

⁶ Universidade Federal do Paraná – UFPR. Matinhos/PR, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7835112618739825>. <https://orcid.org/0000-0003-0714-4077>

⁷ Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Cerro Largo/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7601086165945884>. <https://orcid.org/0009-0001-9401-1522>

**TERRITORIAL APPROACH TO DEVELOPMENT AND ITS SOCIAL DIMENSION:
METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR MEASUREMENT**

ABSTRACT

The social dimension encompasses the different relationships and structures formed by human beings in the interactions they establish among themselves and with nature. In this article, the aim is to deepen discussions about the social dimension, based on a territorial approach to development. The theoretical-methodological assumptions guiding the reflection on the central components of the social dimension are presented: labor relations and access to goods and services produced in societies; the forms of organization and interaction that characterize various specific societies; and the values, norms, and social structures of societies. The text is organized into two sections: in the first, the components are detailed, the variables capable of demonstrating the basic aspects of each component are delimited, and the instruments proposed for the data collection on each chosen variable are indicated; in the second, the scale of measurement for the activation of territorial heritage is presented, as well as the Social Dimension Index. Reflection on the social dimension in studies focused on territorial heritage highlights the need to work with large components and variables, using an interdisciplinary, multidimensional, and multi-scalar approach, attentive to the major transformations in global societies and able to perceive the manifestations of different actors and the design of various scenarios.

Keywords: territorial heritage; social dimension; methodology; social dimension index.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em dimensão social se está tratando dos elementos que caracterizam as relações e as estruturas constituídas pelos seres humanos nas interações que estabelecem entre si e com a natureza. Costa Pinto (1986), ao refletir sobre o objeto de estudo da Sociologia, nos dá uma pista importante do que seja a dimensão social. Ele refere a preocupação com a formação (como as sociedades nascem e em que contexto se estabelecem), a organização (como os indivíduos tecem relações, estabelecem regras e normas de convivência, moldam costumes, organizam instituições, administram conflitos e contradições) e a transformação (processo permanente de viver as tensões, contradições, conflitos, mudanças) das diferentes sociedades. Bourdieu (2007), ao refletir sobre o *habitus*, um dos elementos centrais de sua teoria da ação, nos dá outra indicação importante para compreender a dimensão social, apontando para os aspectos não apenas objetivos, mas também simbólicos que vão construindo e moldando “estruturas estruturadas” que tendem a funcionar como “estruturas estruturantes”.

É preciso deixar claro, no início deste artigo, que a reflexão sobre a dimensão social do território não significa que ela possa ser isolada da totalidade, mas sim que ela possa ser esmiuçada, com o devido rigor científico, no sentido de melhor compreendê-la. A compreensão da totalidade é que dá sentido às suas múltiplas dimensões e escalas. Não se entende a totalidade, porém, sem um olhar analítico, com a lupa da ciência, no sentido de explicitar suas características constitutivas. Como bem refere Edgar Morin (2005, p. 75): “não posso conceber o todo sem as partes e não posso conceber as partes sem o todo [...]”; que o adquirido no conhecimento das partes volta-se sobre o todo”; e que “pode-se enriquecer o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimentos”.

Desta compreensão e dos pressupostos ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos que orientam o projeto de pesquisa (DALLABRIDA, 2020; DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA *et al.*, 2021) o qual se está trabalhando, o grupo de pesquisadores envolvidos com o estudo da dimensão social entende que esta deva ser caracterizada a

partir de três componentes essenciais: (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos nas sociedades; (ii) as formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas e (iii) os valores, normas e estruturas sociais que “moldam” e dão consistência às diferentes sociedades. Tem-se presente as potencialidades e os limites desta opção, porém a ciência também se faz de opções, que jamais são fechadas, mas sim abertas a críticas e a novas elaborações.

Este artigo visa a esclarecer o que se entende pela dimensão social no âmbito da proposta de estudos sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, qual seja: (i) detalhar os componentes que o grupo de estudos sobre a dimensão social entende serem essenciais para sua explicitação; (ii) delimitar as variáveis que são capazes de demonstrar os aspectos básicos de cada componente; (iii) indicar os instrumentos que se propõem para a coleta dos dados a respeito de cada variável escolhida e (iv) propor uma escala de mensuração da ativação do patrimônio territorial, em cada variável e no seu conjunto, contribuindo para a construção do Índice de Ativação do Patrimônio Territorial (Imap), resultante da agregação das seis dimensões propostas neste intento de pesquisa coletivo.

O texto está estruturado em duas seções, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira delas apresentam-se os componentes essenciais da dimensão social, apontando seus elementos teórico-conceituais, as variáveis constitutivas, os possíveis instrumentos de coleta e a proposta de mensuração. A segunda seção apresenta uma síntese do que se poderia chamar de proposta de aglutinação, dando conta de um quadro geral da dimensão social em estudos do patrimônio territorial. Esta opção é feita a fim de estabelecer uma reflexão sequencial, com argumentos encadeados que facilitem a lógica interna e permitam ao leitor compreender o caminho percorrido pelo grupo.

Deixa-se claro, porém, que, assim como não se pode compreender a dimensão social descolada da totalidade social, também não se pode compreender cada um desses componentes descolados da dimensão social no seu conjunto. Trata-se aqui de um exercício de “separação” a fim de explicitar melhor e facilitar a compreensão.

COMPONENTES ESSENCIAIS DA DIMENSÃO SOCIAL: ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS, VARIÁVEIS CONSTITUTIVAS, INSTRUMENTOS DE COLETA E PROPOSTA DE MENSURAÇÃO

Quando se fala em elementos essenciais da dimensão social em estudos do patrimônio territorial, deixa-se claro que a opção do grupo de estudos dessa dimensão tomou como referência os aportes ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos que orientam o projeto de pesquisa “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões” (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA *et al.*, 2021; ROTTA *et al.*, 2022;), fundado nos seguintes campos epistêmicos: (i) a Nova Teoria dos Sistemas; (ii) a Teoria da Complexidade; (iii) o Materialismo Histórico-Dialético; (iv) e a Perspectiva da Decolonialidade e do Descentramento.

Na sequência desta seção são apresentados os componentes essenciais da dimensão social: (i) relações de trabalho e acesso aos bens e serviços; (ii) as formas de organização e interação e (iii) valores, normas e moral e densidade institucional. Destaca-se, para cada um

destes componentes, seus elementos teórico-conceituais, as variáveis constitutivas, os possíveis instrumentos de coleta e a proposta de mensuração.

Relações de Trabalho e Acesso aos Bens e Serviços

A presente subseção visa a explicitar o primeiro componente da dimensão social: as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços. Ela está organizada em duas partes principais. Na primeira se desenvolve o aporte ontológico, epistemológico e teórico, explicitando os principais conceitos teórico-analíticos de referência para a análise das relações de trabalho na dinâmica territorial do desenvolvimento. Na segunda parte, três variáveis são apresentadas como importantes elementos adicionais para se analisar as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços no Brasil.

O modo de produção capitalista é baseado na propriedade privada dos meios de produção, em que se faz necessária a produção de mercadorias para serem postas à disposição no mercado. Nesse modo de produção o trabalho é um componente central. É por meio do trabalho que os seres humanos modificam a matéria-prima extraída da natureza para transformá-la em produtos. Como Marx teorizou, cada sociedade possui relações de trabalho baseadas em diferentes formas de divisão, organização, regime e técnicas de trabalho. No capitalismo, como bem se sabe, as relações de trabalho são relações que ocorrem entre duas forças: os capitalistas, que detêm os meios de produção, e os trabalhadores, aqueles que não possuem tais meios (PATTENDEN, 2016; BAGLIONI, 2018).

Nesse contexto, as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços (ou consumo) possuem uma intrínseca conexão e proximidade. Bens duráveis ou não duráveis e serviços, assim como o acesso a tais mercadorias, nada mais são do que produtos das relações de trabalho. Trabalho é necessário para produzir, distribuir e comercializar mercadorias, mas é também necessário para que trabalhadores assalariados possam consumi-los. Isso envolve extensas relações de trabalho dentro e fora das empresas e, apesar de tais relações terem uma aparência de neutralidade, na verdade elas são marcadas por relações contraditórias e de poder (SMITH *et al.*, 2018).

De um lado, para que os capitalistas se mantenham competitivos e maximizem seus lucros, esses buscam explorar os trabalhadores o máximo possível, pagando salários baixos e intensificando as jornadas de trabalho para aumentar a produtividade/produção. Para tal, capitalistas utilizam diferentes ferramentas, como a terceirização da produção (ou até mesmo a terceirização da terceirização), contratação de trabalhadores informais, expansão da subcontratação, ou práticas dentro das empresas para ampliar o controle sobre os trabalhadores, assim aumentando a produtividade. Do outro lado, os trabalhadores buscam reverter tal cenário de exploração, reivindicando melhores salários e condições de trabalho, muitas vezes por meio de greves. Assim sendo, as relações de trabalho são contraditórias e baseadas em relações abusivas (SMITH *et al.*, 2018).

Um problema gerado por tal contradição (aumentar produção/produtividade *versus* diminuir salários) é que a maioria dos trabalhadores acaba tendo um acesso limitado e precário aos bens de consumo e aos serviços (BRASIL, 1998). Além disso, o modo de produção capitalista fica vulnerável às crises de superprodução, uma vez que os trabalhadores que consomem tais mercadorias não possuem poder de compra para consumir na mesma velocidade da produção

(HARVEY, 2005). Vale ressaltar que tal contradição é mais agravante nos países do Sul global, também chamados de periféricos, devido às suas históricas relações de dependência em relação aos países centrais do Norte global.

Tal fato tem sido agravado, nas últimas quatro décadas, com a intensificação da globalização e de políticas neoliberais. Em países latinos como o Brasil, a precariedade do trabalho, a distribuição desigual da renda e de acesso a bens e serviços são alguns dos muitos problemas que nos assolam. Em específico, o acesso aos bens e serviços considerados vitais tem sido, muitas vezes, impossibilitado por políticas econômicas que se recusam a reconhecer o direito básico do cidadão de ter acesso ao mínimo. Diante desses desafios e realidades, a presente seção analisa as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços, em específicos territórios, de acordo com a abordagem teórica conceituada como “regime de controle do trabalho local” (JONAS, 1996).

Como referido anteriormente, relações de trabalho são contraditórias. Por isso, ao mesmo tempo que os capitalistas buscam maximizar seus lucros, explorando trabalhadores, tais capitalistas precisam manter certos níveis sociais nos territórios locais para que os trabalhadores estejam “apaziguados” (JONAS, 1996). Enquanto os capitalistas possuem controle dos trabalhadores dentro das plantas produtivas, o mesmo não pode ser dito nas esferas de consumo e reprodução.

Assim sendo, para garantir acumulação e estabilidade, capitalistas criam, nos territórios locais, um “regime de controle do trabalho local”, ou seja, estruturas e práticas institucionais que promovem reciprocidades entre as esferas de produção, consumo e reprodução (JONAS, 1996). Um “regime de controle do trabalho local” visa a facilitar o acesso dos trabalhadores no mercado de trabalho aos lugares de produção; reproduzir trabalhadores produtivos; coordenar as normas salariais e de consumo e, por fim, facilitar acumulação de capital. Assim sendo, um “regime de controle do trabalho local” tem como finalidade encorajar a participação dos trabalhadores de acordo com relações de trabalho existentes, mas também moldar e produzir trabalhadores e os inserir no processo de trabalho (JONAS, 1996).

Um exemplo dessa abordagem é o estudo de Smith *et al.* (2018) sobre o setor produtivo de vestuários na Moldávia. O autor demonstra como as políticas neoliberais desse país, assim como a estratégia estatal de conectar produtores locais de vestuários com compradores no oeste Europeu, resultaram em um regime de controle do trabalho local marcado por relações de trabalhos precárias e pela falta de acesso a bens e serviços. Isso porque compradores europeus levaram tais produtores de roupas a adotar uma nova estrutura produtiva baseada em contratos com preços baixos e curto tempo de produção preestabelecidos, os quais afetaram as relações de trabalho e a capacidade de reprodução social dos trabalhadores. Smith *et al.* (2018) argumenta que tais fábricas pagam salários mínimos como norma, com pagamentos extras como bônus de acordo com o número de peças produzidas por cada trabalhador. Isso leva os trabalhadores de tais empresas a viverem abaixo da linha de pobreza ou a trabalhar diversos turnos para conseguir um nível mínimo de acesso a bens e serviços. Outro problema é o elevado número de trabalhadores informais, majoritariamente mulheres, que aceitam tais condições para evitar redução salarial devido a impostos.

Neste cenário, entende-se que a análise da dimensão social, na dinâmica territorial do desenvolvimento, no que se refere às relações de trabalho e acesso a bens e serviços, precisa

ter como referência, pelo menos, três variáveis: (i) situação do trabalho formal e informal; (ii) distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe; (iii) indicadores de vulnerabilidade social.

Quanto à primeira variável, que se refere à *Situação do trabalho formal e informal*, sugere-se uma coleta de dados quantitativos secundários quanto à significância do setor formal e informal em um determinado território e setor econômico. No caso do setor formal, propõe-se ter por referência elementos como: atividade, renda, jornada de trabalho, escolaridade e gênero. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)⁸ nos fornece as principais informações para dimensionar as características fundantes do mercado de trabalho. Os dados sobre os níveis de formalização do emprego são importantes para dimensionar as condições de trabalho de um território e o tipo de relações de trabalho ali existentes. Como se sabe, a elevação de desemprego resulta não somente em um crescimento do trabalho informal, mas também em uma maior precarização das relações de trabalho (MATTEI; HEINEN, 2018).

Quanto ao setor informal, recomenda-se atenção às seguintes categorias: autônomos informais; trabalhadores informais em empresas formais e informais, porém empregados devido a relações familiares; trabalhadores informais exercendo suas funções em empresas informais ou formais; e empresas formais que empregam trabalhadores informais para evadir tributação (CHEN, 2012). Sugere-se analisar o setor informal como resultado de um processo de despossessão – ou seja, desemprego gerado por crises conjunturais que abastecem o exército industrial de reserva apontado por Marx – e de reposição, processo que permite aos capitalistas poderem reinvestir seu capital acumulado (MILLAR, 2007).

Como mencionado anteriormente, propõe-se analisar a economia informal de um território em conjunto com a economia formal. Isso porque, como Millar (2007) apontou, no sistema capitalista trabalhadores informais são de crucial importância para o setor formal, posto que fornecem mercadorias com custos extremamente baixos para que trabalhadores formais mal remunerados possam sobreviver com uma renda mínima. Assim, ambos estão conectados e faz-se importante analisá-los em conjunto.

Para esta análise se estabelece uma escala⁹ de 5 níveis, que considera como (5) ótimo (em plenas condições da ativação do patrimônio territorial), um território que possui de 80% a 100% da população economicamente ativa exercendo atividades em trabalho formal; como (4) bom, de 60% a 79%; como (3) regular, de 50% a 59%; como (2) ruim, de 40% a 49%; e como (1) péssimo quando se está abaixo disso, entre 1% e 49%. Parte-se do entendimento de que o acesso ao mercado formal de trabalho apresenta melhores condições de garantia de direitos e institucionalidade dos processos produtivos, contribuindo para gerar territórios mais dinâmicos e desenvolvidos.

⁸ Para o caso dos territórios nos quais o Caged não estiver disponível pode-se utilizar como *proxy* o dado da “proporção de pessoas ocupadas em relação à população total”, conforme estabelece o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Neste caso, sugere-se considerar como ótimo (5) quando o indicador estiver acima de 35%; bom (4), entre 30 e 35%; regular (3), entre 25 e 29%; ruim (2), entre 20 e 24%; e péssimo quando o indicador for inferior a 20%.

⁹ Ao final deste artigo apresenta-se um quadro síntese (Quadro 5) no qual visualizamos componentes, variáveis, instrumentos de coleta e escalas no seu conjunto para toda a dimensão social.

Quanto à segunda variável, *Distribuição de renda entre as classes ou estratos de classes*, sugere-se a utilização do Índice de Gini como referência fundamental, pois ele é capaz de evidenciar a evolução do grau de concentração de renda de um país, região ou município ao longo dos anos (o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, mais elevada é a concentração de renda) (NEVES *et al.*, 2016). Tal índice, portanto, permite a pesquisadores identificar se a área de estudo tem presenciado, ao longo dos anos, um aumento na desigualdade de renda.

O Índice de Gini pode ser usado como passo inicial para pesquisas qualitativas sobre os possíveis atores políticos e econômicos (ou políticas) gerando tal desigualdade e como isso tem impactado as relações de trabalho, as relações salariais, e, conseqüentemente, o acesso aos bens e serviços. Pesquisadores têm demonstrado que municípios com menor grau de concentração de renda normalmente possuem um grau de escolaridade mais elevado e maiores salários. Análises podem ser voltadas também para identificar como a concentração de renda, em certos municípios, afeta de forma diferenciada mulheres, migrantes e afrodescendentes (NEVES *et al.*, 2016).

Neste caso propõe-se uma escala que também apresenta cinco níveis. Entende-se como ótimo (5), quando o Índice de Gini for de 0 a 0,30, equiparado aos apresentados por grande parte dos países que ocupam as melhores posições em termos de Desenvolvimento Humano; bom (4), quando se situa entre 0,31 e 0,40; regular (3), quando se situa entre 0,41 e 0,50; ruim (2), quando se situa entre 0,51 e 0,60 e péssimo (1), quando se encontra acima de 0,61. Entende-se que a distribuição mais equitativa da renda entre as classes e estratos de classe tende a favorecer as dinâmicas da ativação do patrimônio territorial, pois proporciona maiores possibilidades de acesso aos bens e serviços básicos e o exercício das liberdades substantivas (SEN, 2000).

Por fim, a terceira variável de análise das relações de trabalho e acesso aos bens e serviços proposta são os *Indicadores de vulnerabilidade social*. Estes indicadores podem ser aferidos por meio do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).¹⁰ Em países do Sul global como o Brasil, apesar da existência de iniciativas públicas visando a diminuir o desemprego e as relações de trabalho precário, ainda há elevada proporção de trabalhadores em situações vulneráveis (PRONI, 2013). O IVS é um indicador que revela o nível de vulnerabilidade social de um lugar (muito baixa até alta vulnerabilidade social, 0-1), e tem sido utilizado como uma forma de orientar gestores públicos no *design* de políticas públicas sintonizadas com a realidade dos municípios (IPEA, 2015). O conceito de vulnerabilidade social possui uma tradição consolidada na literatura nacional e internacional, especialmente das Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, enquanto perspectiva de ampliar a compreensão do fenômeno da pobreza para além da dimensão da renda monetária, indicando a ausência e/ou a insuficiência de condições para que os indivíduos e populações alcancem o bem-estar básico em dado território (COSTA *et al.*, 2018).

O IVS é calculado, de forma geral, baseado na infraestrutura urbana, no capital humano e na renda de trabalho (IPEA, 2015). Por exemplo, o IVS permite que pesquisadores e gestores políticos identifiquem municípios e/ou territórios que se encontram em situação vulnerável

¹⁰Nos territórios em que não estiver disponível o indicador de IVS, pode-se utilizar como *proxy* o “percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo”, aferido pelo IBGE. Considera-se em nível ótimo (5), quando esse percentual estiver abaixo de 15%; bom (4) entre 15% e 20%; regular (3) entre 21% e 30%; ruim (2) entre 31% e 40%; e péssimo (1) quando estiver acima de 40%.

em relação à renda e ao trabalho e, dessa forma, possam debater políticas de desenvolvimento territorial, a partir da realidade local, no sentido de melhorar tal condição (RAMOS; COSTA, 2018).

No caso desta variável propõe-se trabalhar com uma escala também de cinco níveis. No melhor deles, considerado ótimo (5), tem-se territórios que apresentam IVS muito baixo, entre 0 e 0,200, realidade presente nos países com melhores indicadores de Desenvolvimento Humano; no nível bom (4), os que apresentam IVS baixo, de 0,201 a 0,300; no nível regular (3), os que apresentam IVS médio, entre 0,301 e 0,400; no nível ruim (2), os que apresentam IVS entre 0,401 e 0,500; no nível péssimo (1), aqueles que apresentam IVS muito alto, entre 0,501 e 1. Entende-se que a vulnerabilidade social é um dos indicadores básicos da desigualdade social e da incapacidade do Estado em criar programas sociais capazes de gerar a inclusão, fortalecer os vínculos sociais e promover a equidade.

O Quadro 1 nos dá um panorama geral da proposição relativa ao componente “relações de trabalho e acesso aos bens e serviços.

Quadro 1 – Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços

Dimensão social			
Componente	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados	ESCALA – (1 a 5)
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	Trabalho formal e informal	– Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)	5: 80% a 100% da PEA (ótimo) 4: 60% a 79% da PEA (bom) 3: 50% a 59% da PEA (regular) 2: 40% a 49% da PEA (ruim) 1: 1% a 39% da PEA (péssimo)
	Distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe	– Índice de Gini	5: 0 a 0,30 (ótimo) 4: 0,31 a 0,40 (bom) 3: 0,41 a 0,50 (regular) 2: 0,51 a 0,60 (ruim) 1: 0,61 a 0,80 (péssimo)
	Indicadores de vulnerabilidade social	– Índice de Vulnerabilidade Social – IVS	5: 0 a 0,200 – muito baixa (ótimo) 4: 0,201 a 0,300 – baixa (bom) 3: 0,301 a 0,400 – média (regular) 4: 0,401 a 0,500 – alta (ruim) 1: 0,501 a 1 – muito alta (péssimo)

Fonte: Organizado pelos autores.

Formas de Organização e Interação

Nesta subseção faz-se uma abordagem compreensiva, aberta e plural da dimensão social e da sua importância na dinâmica territorial do desenvolvimento, no que diz respeito às formas de organização e interação no momento histórico em que nos encontramos. Ela está estruturada em duas partes principais, destacando-se que a primeira, mais do que uma narrativa teórica, procura dar conta de uma emergência histórica, a saber, a grande transformação epistemo-

lógica e paradigmática (KUHN, 2021) que as grandes transições em curso nos impõem e que impactam, justamente, sobre as formas de organização e interação que agem sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento.

Na segunda parte três variáveis são apresentadas esquematicamente como importantes elementos adicionais para analisar as formas de organização e interação no Brasil: (i) Grupos sociais e estratos de classe organizados; (ii) Redes de relações e (iii) Formas de cooperação e associação.

Em relação à primeira parte, é imperioso registrar a importância do contexto e do momento histórico em que nos movemos. As grandes transições que irão ocorrer daqui do início deste século 21 até 2050, como consequência da descarbonização, digitalização, fluxos migratórios e intermitência sociolaboral impõem uma abordagem complexa da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2010). Ou seja, impõem uma atitude interdisciplinar que nos introduz à revolução da nova economia (RIFKIN, 2001) e a uma nova sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2010).

Em primeiro lugar, no plano da globalização, três dimensões de análise se afiguram fundamentais: i) o estado da ordem internacional e multilateral, ii) a provisão de bens públicos globais (existe um grave déficit de oferta) e iii) a política regulatória (num momento difícil como se observa na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP26). Estas três dimensões de análise têm um impacto direto na regulação das interações socioeconômicas, socioculturais e socioambientais que interferem diretamente na dinâmica das diferentes sociedades em seus ambientes específicos.

Em segundo lugar, as grandes transições aumentam a complexidade e diversidade das interações, ou seja, os efeitos assimétricos, os imponderáveis do acaso, as mudanças paradigmáticas, que precisam ser observadas e monitoradas para prevenir impactos negativos na coesão econômica, social e ambiental dos territórios. Os diferentes territórios, com suas dinâmicas integradas e específicas, passam a constituir desafios permanentes de compreensão aos cientistas sociais interessados em seu estudo, demandando lógicas diversas, interdisciplinares e em permanente interação e diálogo.

Em terceiro lugar, é fundamental evitar o agravamento da desigualdade social que resultará ampliada se os dois primeiros planos analíticos não forem devidamente abordados. Nesta matéria, três instrumentos são decisivos em âmbito territorial para prevenir aqueles efeitos: os arranjos produtivos locais, as redes colaborativas e a cooperação territorial descentralizada (ou seja, criar territórios-rede) (COVAS; COVAS, 2014). Estes instrumentos funcionam como almofadas preventivas da desigualdade social devido a sua proximidade com a origem dos problemas sociais. As três dimensões referidas anteriormente – globalização, grandes transições, desigualdade e polarização social – estarão sempre presentes na análise das três variáveis que a seguir se descreve, na segunda parte desta seção.

Tendo presente estes desafios epistemológicos, teóricos e metodológicos que permeiam a compreensão da dimensão social neste segundo componente (formas de organização e interação), passa-se, agora, a explicitar as três variáveis que se propõe pesquisar para elucidá-lo: (i) Grupos sociais e estratos de classe organizados; (ii) Redes de relações; e (iii) Formas de cooperação e associação.

A primeira variável busca identificar quais são os *Grupos sociais e estratos de classe organizados* que estão presentes no território. Denardin (2016) refere que existem dois “pilares do desenvolvimento territorial”: os recursos territoriais, tangíveis e intangíveis e os atores (privados, públicos ou associativos) e seus diferentes modos de coordenação que objetivam resolver problemas produtivos inerentes ao território. Trata aqui de contribuir para revelar, de forma especial, este segundo pilar. Outra preocupação é identificar os grupos sociais e estratos de classe mais desfavorecidos, pois eles tendem a vivenciar relações de poder assimétricas na comparação com os demais. Para isso é essencial ter presente os quatro planos de desigualdade mais críticos: as grandes áreas metropolitanas, as comunidades urbanas de pequena e média dimensão, as comunidades rurais e as comunidades dos povos tradicionais (HAESBAERT, 2021).

Como instrumentos de coletas de dados sugere-se a utilização do cadastro de entidades, via consulta de CNPJs ativos sediados no território, especialmente para captar as formalmente constituídas; e a aplicação de um questionário estruturado, com amostragem não probabilística, visando a captar também as entidades não formais existentes no território. Este questionário será adaptado, tendo como referência o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)¹¹ (GROOTAERT *et al.*, 2003; GROOTAERT; NARAYAN; WOO, 2004), destacando os aspectos relativos às dimensões “grupos e redes”; e “autoridade e ação política”.

Nesta variável propõe-se uma escala organizada em cinco níveis, tendo como referência a ideia de que as organizações formais e informais são essenciais para gerar vínculos e capacidades de mobilização, ativando as potencialidades dos indivíduos, das organizações, das sociedades e dos territórios. Nesse sentido, vai se considerar em nível ótimo (5), quando de 90% a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário estruturado apresentarem, pelo menos, um vínculo com organizações formais ou informais representativas de seus interesses de grupo, classe ou estrato de classe; de nível bom (4), quando se encontrar vínculo em 70% a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50% e 69%; de nível ruim (2) quando se encontrar vínculo em apenas 30% a 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%.

A segunda variável, *Redes de relações*, procura dar conta da identificação das redes formais e informais existentes em dado território. Trata-se de perceber a trama dos laços entre pessoas que se aproximam por compartilhar características identitárias comuns, tais como as familiares, de vizinhança, de amizade, de comunidade, de religião, de cultura, de trabalho, de lazer, entre outras, bem como captar como estas redes de relações interpessoais se emaranham com a rede de relações institucionais e interinstitucionais. Na visão de Coleman (1990), o capital social não se localiza nos indivíduos, mas nas relações que são estabelecidas entre eles, o que potencializa suas ações na medida em que amplia os recursos a sua disposição. Putnam (2002) destaca, ainda, a importância das redes sociais e das normas de reciprocidade a elas associadas como elementos essenciais na definição do capital social de dado território.

¹¹O Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) é uma ferramenta desenvolvida pelo Grupo Temático sobre Capital Social, do Banco Mundial a fim de indicar um conjunto de questões essenciais para todos os interessados em gerar informações sobre as várias dimensões do capital social. O questionário aponta seis dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; e autoridade e ação política. Foi testado a campo em diversos países e tem gerado diversos estudos com adaptações a territórios específicos (ANÊSE, 2009).

No contexto de uma sociedade complexa e em constante processo de transformação, os desafios que se lançam não podem ficar restritos à compreensão das relações já existentes, mas também que sejam capazes de vislumbrar os processos de transição e as novidades que eles geram, no sentido de identificar possibilidades e oportunidades, convertendo-os em ativos territoriais, geradores de novas dinâmicas ou ações coletivas de base territorial (DIAS; SILVEIRA, 2007). No plano da teoria crítica, as grandes transições da próxima década obrigam-nos a reconsiderar as relações sociais, e, por isso, sempre que possível, deverá ser criado um observatório de inovação social com o objetivo de equacionar uma abordagem mais complexa das redes de relações em consequência destas grandes transições (INNERARITY, 2010).

Para identificar este conjunto de redes de relações, propõe-se a aplicação de um questionário estruturado, adaptado a partir do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), acentuando as duas primeiras dimensões: redes e relações e confiança e solidariedade. Estas informações colhidas pelo questionário estruturado podem ainda ser complementadas pela realização de entrevista semiestruturada e visitas *“in loco”*, especialmente para captar relações e redes que não se manifestam de forma explícita, por diferentes motivos.

A representação desta variável será realizada a partir de uma escala de 5 níveis, considerando a densidade de redes existentes no território e a participação dos indivíduos nas mesmas. Em nível ótimo (5), quando de 90% a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário ou forem entrevistados manifestarem estar satisfeitos com as redes de relações existentes em seu território; de nível bom (4), quando esta satisfação for 70% a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50% e 69%; de nível ruim (2) entre 30% e 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%.

Formas de cooperação e associação constitui a terceira variável que importa caracterizar. Neste caso, faz-se necessário distinguir, por um lado, as redes de relações já institucionalizadas, e, por outro, as dinâmicas de relações sociais que funcionam às margens do sistema social de cada território em concreto. Cazella e Carrière (2006) argumentam que não se instala uma dinâmica de desenvolvimento em dado território sem a criação ou o reforço de redes já existentes e emergência de novas formas de cooperação. O desenvolvimento territorial pressupõe a cooperação entre os atores na busca de pontos de convergência que os impulsionem à ação. Isso não implica supressão das diversidades e diferenças, mas sim a capacidade de diálogo e moderação em busca de objetivos comuns. Boisier (1997), por sua vez, reafirma que a sociedade civil, nela compreendidas as formas locais de solidariedade, cooperação e integração social, é o principal agente da transformação socioeconômica de um dado território.

Nesse contexto, a identificação das principais formas de cooperação e associação adquirem uma relevância especial à medida que cresce a sua ligação aos bens públicos e aos bens comuns colaborativos (CORIAT, 2015). Em uma época de privatização do território, na qual se reduzem significativamente as formas de interação e solidariedade, faz-se necessário reafirmar e/ou reinventar formas de cooperação e associação, por meio de clubes de produtores e de consumidores, cooperativas de trabalho em comum, espaços de *co-working*, incubadoras de *startups*, associações ambientais e culturais, entre outras. Todas essas organizações podem estabelecer redes de relações inovadoras apoiadas em dispositivos tecnológicos e digitais de cooperação descentralizada (COVAS, 2021; DALLABRIDA; COVAS; COVAS, 2017; INNERARITY, 2010). A primeira tarefa, em cada caso, consiste em encontrar o mecanismo de concertação ou

plataforma social que irá promover o diálogo/negociação entre as partes e, depois, as medidas de política pública e as soluções mais ajustadas a cada grupo social (INNERARITY, 2009).

Outro aspecto importante que merece uma atenção especial na análise das formas de cooperação e associação consiste na caracterização dos principais conflitos presentes em um território. Os conflitos fazem parte da dinâmica social, velhos e novos, como resultado dos processos de mudança e/ou transformação social. Geralmente os conflitos podem ser identificados a partir de quatro tipos principais: i) os de natureza corporativa, devido a conflitos de interesses, de classes, estratos de classe e grupos sociais específicos; ii) os que surgem por falhas de inovação tecnológica (iliteracia digital); iii) os que acontecem devido a lacunas de política pública e iv) os que emergem, muito provavelmente, pela acumulação dos três primeiros tipos de conflitos. Além disso, há, ainda, dificuldades adicionais que se reportam à multiescalaridade (territórios em escalas diferentes de administração) e a dificuldades de comunicação.

Para identificar esta complexidade de formas de cooperação e associação se propõe a aplicação de questionário estruturado, adaptado a partir do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), com ênfase para as dimensões 2, 3, 5 e 6, a saber: “confiança e solidariedade”; “ação coletiva e cooperação; coesão e inclusão social e “autoridade e ação política”. Vai se considerar em nível ótimo (5), quando de 90% a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário participaram, de forma voluntária, em, ao menos, duas organizações formais ou informais sediadas no território; de nível bom (4), quando se encontrarem vínculos em 70% a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50% e 69%; de nível ruim (2) quando se encontrarem vínculos em 30% a 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%.

O Quadro 2 apresenta uma síntese deste segundo componente da dimensão social, com suas variáveis, instrumentos de coleta e proposta de possível índice de mensuração.

Quadro 2 – Formas de organização e interação

Dimensão social			
Componente	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados	ESCALA – (1 a 5)
Formas de organização e interação	Grupos sociais e estratos de classe organizados	– Questionário estruturado	5: 90% a 100% (ótimo) 4: 70% a 89% (bom) 3: 50% a 69% (regular) 2: 30% a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Redes de relações	– Questionário estruturado – Entrevista semiestruturada – Visitas “in loco”	5: 90% a 100% (ótimo) 4: 70% a 89% (bom) 3: 50% a 69% (regular) 2: 30% a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Formas de cooperação e associação	– Questionário estruturado	5: 90% a 100% (ótimo) 4: 70% a 89% (bom) 3: 50% a 69% (regular) 2: 30% a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)

Fonte: Organizado pelos autores.

VALORES, NORMAS E MORAL E DENSIDADE INSTITUCIONAL

Nesta seção busca-se explicitar o terceiro componente essencial da dimensão social, abordando elementos analíticos e conceituais de valores humanos, baseados em conflitos, contradições ou compartilhados socialmente e como esses valores estão imbricados com as normas na constituição da estrutura social. Nesse sentido, na abordagem da dimensão social, identificar os atores, os interesses de classes, os processos históricos, especialmente compreender a estrutura social, isto é, como a sociedade se organiza, são essenciais para os estudos territoriais. A seção está dividida em duas partes. Na primeira, discute-se os pressupostos ontológicos, epistemológicos e teóricos dos conceitos basilares para a análise dos valores, normas e estruturas sociais. Na segunda parte são apresentadas três variáveis esquematicamente fundamentais para a análise deste componente da dimensão social: (i) valores; (ii) normas e moral e (iii) densidade institucional.

É oportuno destacar que no âmago das sociedades existe um conjunto de valores, ou “códigos de conduta” aos quais os sujeitos, ou grupos sociais, estão subordinados. Na sociedade capitalista, no entanto, as relações sociais são marcadas por diversos tipos de conflitos, contradições e disputas de classes. Esses valores também cumprem um papel decisivo na práxis social. Assim sendo, a hegemonia dos valores dominantes (de classes ou de grupos), influencia, de certo modo, a população a agir nos territórios conforme suas crenças e interesses, especialmente econômicos e políticos. Nesse sentido, criam uma percepção abstrata de valores supostamente universais.

Os valores humanos, um dos temas centrais nas Ciências Sociais, ganhou notoriedade com os estudos de sistema de valores de Rokeach (1979), especialmente a partir da década de 60 do século 20. Na tentativa de explicar os padrões humanos, o autor afirma que os sujeitos, os grupos, as normas, bem como os comportamentos são, muitas vezes, estabelecidos pelas orientações de valores universais. Para Rokeach (1979), um sistema de valores consiste em um arranjo hierárquico de valores, categorizados em um espaço de tempo. Em outros termos, trata-se de um “conjunto organizado de normas preferenciais que são utilizadas na seleção de objetos e ações, na resolução de conflitos, na invocação de sanções sociais e na resposta a necessidades ou reivindicações de defesas sociais e psicológicas de escolhas feitas” (ROKEACH, 1979, p. 20).

Esses sistemas de valores são divididos em valores terminais e instrumentais. Os valores terminais referem-se a estados finais desejáveis de existência, isto é, os objetivos que um sujeito gostaria de alcançar durante a sua vida. Os instrumentais, atribui-se a modos de comportamento preferíveis dos sujeitos, ou dos grupos, com objetivo de alcançar os valores terminais (ROKEACH, 1979). Neste sistema, a hierarquia de valores permite a comparação entre os sujeitos e grupos (sociais e culturais), “não somente em termos de cada um dos valores, mas, particularmente, no plano das prioridades axiológicas” (TAMAYO, 1994, p.7).

Nos Estados Unidos foram realizados vários estudos, por amostragem, em diferentes momentos históricos, visando a comparar a hierarquia de valores da sociedade americana. Segundo Tamayo (1994), um dos estudos comparativos foi realizado pelo *Institute for Social Search*, da Universidade de Michigan. Ao comparar os resultados alcançados em 1968 com os de 1981, observou-se que os valores mais classificados em 1981 foram os mesmos classificados em 1968, entre os quais a liberdade, o autorrespeito, a felicidade e a sabedoria.

Na década de 90 pesquisadores de vários lugares do mundo estudaram a estrutura motivacional dos valores, especialmente Schwartz (1992), que identificou 10 valores humanos principais. Estes são organizados em modelo circular, com “objetivos motivacionais”, como princípios orientadores da vida de um ser humano ou de um grupo. Nesse modelo “os valores são representados como pontos no espaço multidimensional, de tal forma que as distâncias entre eles expressem as relações empíricas entre os valores” (TAMAYO, 1994, p. 8).

No Brasil, Tamayo e Schwartz (1993) identificaram quatro valores característicos da cultura brasileira que interagem na hierarquia axiológica, ou seja, os valores peculiares aos brasileiros, como importantes e superiores aos valores tradicionais. Entre os valores postulados estão a *esperteza*, como uma forma de preterir as dificuldades para chegar aonde se deseja; o *sonho*, como uma visão positiva do futuro; a *vaidade*, como preocupação com a aparência, e o *trabalho*, como forma digna de sobrevivência. Este último, indicado como um dos valores supremos dos brasileiros, justifica-se pelos altos índices de desemprego e pelas precárias condições de realização do trabalho no país. Por fim, os autores identificaram também que a estrutura axiológica brasileira é influenciada pelo gênero e pela ocupação dos sujeitos (TAMAYO, 1994). Nesse contexto, pode-se assegurar que os valores humanos variam no tempo e no espaço, nas culturas, nos gêneros e nas classes sociais e normalmente servem como critério de orientação, preferência e avaliação da vida em sociedade, ou seja, da direção e interação com o mundo social.

Assim sendo, os valores implicam uma relação dialética com as normas, que são sempre um reflexo dos valores da sociedade. Em outros termos, normas e valores sempre atuam inseparavelmente para moldar os sujeitos em sociedades específicas. Nesse sentido, os valores, as normas e as estruturas sociais possuem uma relação direta com a realidade social, que é compreendida por Berger e Luckmann (1985) como realidade objetiva e subjetiva, em um movimento dialético, conjugado em três momentos simultâneos: a exteriorização, a interiorização e a objetivação. A realidade é construída por uma conjunção de fatores sociais, decorrentes da relação e atuação humana.

A realidade objetiva mostra-se nas estruturas básicas de institucionalização e legitimação, ou seja, as instituições pressupõem ações de reciprocidades, compartilhadas, construídas no processo histórico e que implicam um sistema de controle da conduta humana. Já a realidade subjetiva trata do universo simbólico, do processo de socialização, primária ou secundária. É a primeira socialização que o sujeito experimenta e somente depois se torna membro da sociedade. O ponto inicial desse processo é a interiorização que é a base da apreensão dos semelhantes, da criação da identidade, das emoções e “do mundo como realidade social dotada de sentido”. A socialização secundária “é a interiorização de ‘submundos’ institucionais” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 74).

Postos os elementos ontológicos, epistemológicos e teóricos, apresenta-se, agora, os elementos constitutivos deste terceiro componente da dimensão social, ou seja, três variáveis que são essenciais para analisar a dimensão social, em relação ao componente Valores, normas e estruturas sociais: (i) Valores; (ii) Normas e Moral e; (iii) Densidade Institucional. É oportuno também considerar que estas variáveis são fundamentais em toda e qualquer análise social, não apenas no âmbito deste estudo.

Na primeira variável, Valores, entende-se que estão ligados a crenças e emoções que, quando ativadas, geram sentimentos positivos e negativos. É uma construção motivacional que conduz pessoas para agirem de forma adequada em diversos contextos sociais, de tal modo que transcendem situações e ações específicas, bem como algo que orienta a “seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos e compõe critérios para julgamentos [...]” (TORRES; SCHWARTZ; NASCIMENTO, 2016, p. 342).

Schwartz *et al.* (2012) apresentaram um conjunto refinado de 19 valores básicos, identificados como: (i) Auto-orientação de Pensamento; (ii) Autodireção Ação; (iii) Hedonismo; (iv) Estimulação; (v) Realização; (vi) Poder de Domínio; (vii) Poder sobre Recursos; (viii) Segurança Pessoal; (ix) Segurança Social; (x) Tradição; (xi) Conformidade com Regras; (xii) Conformidade Interpessoal; (xiii) Benevolência Dependência; (xiv) Benevolência Cuidado; (xv) Universalismo Compromisso; (xvi) Universalismo Natureza; (xvii) Universalismo Tolerância; (xviii) Face; (xix) Humildade. Recentemente, em cooperação com pesquisadores brasileiros, realizaram uma pesquisa cujo objetivo era examinar se esses valores propostos são discriminados por amostras brasileiras e se eles se localizam na ordem motivacional conforme a teoria refinada.

Torres, Schwartz e Nascimento (2016, p. 353) afirmam que a pesquisa realizada no Brasil amplia a credibilidade “da teoria de valores refinados, demonstrando sua resistência às mudanças no instrumento de medida”, bem como recomendam que “o instrumento é adequado para uso com amostras brasileiras”.

Para esta pesquisa propõe-se trabalhar com os dez valores com foco no social, identificados na pesquisa de Schwartz *et al.* (2012) e recomendados para uso no Brasil por Torres, Schwartz e Nascimento (2016): (i) Universalismo Tolerância; (ii) Universalismo Natureza; (iii) Universalismo Compromisso; (iv) Benevolência Dependência; (v) Benevolência Cuidado; (vi) Humildade; (vii) Conformidade Interpessoal; (viii) Conformidade com Regras; (ix) Tradição e (x) Segurança Social. A escolha do foco no social se dá pelo fato de eles apontarem para aspectos coletivos.

Neste sentido, para análise da ativação do patrimônio territorial diante dos valores humanos, como instrumentos de coletas de dados poderão ser por meio de aplicação de questionário estruturado, com base no Questionário de Valores Refinado (PVQ-R) da Escala de Valores de Schwartz *et al.* (2012) com foco no social.

Nesta variável se propõe uma escala organizada em cinco níveis, considerando o conjunto de valores da teoria refinada de Schwartz *et al.* (2012). Dessa forma, considera-se em nível ótimo (5), quando dos 19 valores (social e pessoal) forem identificados de 9 a 10 valores sociais no conjunto de perguntas no Questionário dos Valores Básicos aplicados no território; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 valores sociais; de nível regular (3) quando identificados 5 a 6 valores sociais; de nível ruim (2) quando identificados apenas 3 a 4 valores sociais; e péssimo (1) quando for de 1 a 2 valores sociais.

A segunda variável, *Normas e moral*, refere-se a princípios que regem as condutas e a percepção das estruturas sociais e normativas, tal como a percepção dos direitos sociais. Nesta recomenda-se analisar: (i) os conjuntos de normas que controlam o comportamento social, o que é permissível e o que não pode ser praticado; (ii) a imposição de deveres e (iii) limites de ação à conduta do sujeito, em suma, as sanções estabelecidas. Em cada grau normativo, no

entanto, encontram-se normas de condutas e normas de estrutura, ou seja, normas voltadas para regular a produção de outras normas (BOBBIO, 1997).

Habermas (1989, p. 143) lança a teoria Ética Discursiva em que as normas e regras de conduta moral devem proceder por meio da ética do discurso. Sua fundamentação consiste em dois caminhos essenciais. O princípio de universalização como regra de argumentação para os discursos práticos, este pode ser compreendido como “uma reconstrução das intuições vida cotidiana, que estão na base imparcial de conflitos de ações morais”. O segundo caminho procura demonstrar a validade da universalização, que “ultrapassa a perspectiva de uma cultura determinada, baseia-se na comprovação pragmático-transcendental de pressupostos universais e necessários da argumentação”.

Habermas, em seus argumentos, procura uma aproximação nas ideias de Kohlberg da “teoria do desenvolvimento da consciência moral”. Na teoria, a capacidade de julgamento moral do indivíduo efetua-se da infância, passando pela adolescência à fase adulta, ou seja, não pode ser dissociada do seu desenvolvimento intelectual e psicomotor. Neste sentido, pode-se considerar uma evolução da consciência da existência dos princípios normativos e da moralidade. Nesta teoria, o desenvolvimento moral está dividido em seis estágios, cada um num “processo ativo” agrupados em três níveis: pré-convencional, convencional e pós-convencional. O primeiro, traz (i) o estágio do castigo, da obediência e o (ii) estágio de objetivo instrumental individual e da troca. O segundo nível, convencional, inclui os estágios (iii) das expectativas interpessoais mútuas, dos relacionamentos e da conformidade e o (iv) estágio da preservação do sistema social e da consciência. No terceiro, pós-convencional, considera os estágios (v) dos direitos originários e do contrato social ou da utilidade e (vi) estágio de princípios éticos universais. Nesse último estágio, “presume a orientação por princípios éticos universais, que toda humanidade deve seguir” (HABERMAS, 1989, p. 154).

Para análise desta segunda variável deve ser aplicado questionário estruturado, com base na ideia de nível de adesão a princípios universais estabelecidos em tratados e acordos internacionais como os 30 artigos/princípios contidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, os 4 princípios da Declaração da Organização Internacional do Trabalho (Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho), os 27 princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e os 3 princípios de prevenção à corrupção promulgado na Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

A partir destes documentos de referência, selecionou-se 10 princípios universais de interesse da coletividade, especialmente relacionados à dignidade humana, o acesso ao trabalho decente e ao ambiente saudável, que é uma qualidade comum a todos e deve ser afirmação normativa com condições para se desenvolver e ser exercida nos territórios: (i) Universalidade e Inalienabilidade; (ii) Igualdade e não Discriminação; (iii) Participação e Inclusão; (iv) Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; (v) Abolição efetiva do trabalho infantil; (vi) Meio ambiente ecologicamente equilibrado; (vii) Desenvolvimento sustentável; (viii) Função social da propriedade; (ix) Participação popular e; (x) Transparência.

Essa variável também está organizada em uma escala em 5 níveis para analisar a adesão do território aos princípios universais. Desta forma, considera-se em nível ótimo (5) de ativação do território, quando de 9 a 10 dos princípios forem identificados no conjunto de perguntas no Questionário de Normas e Moral; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 princípios; de

nível regular (3) quando identificados 5 a 6 princípios; de nível ruim (2) quando identificados de 3 a 4 princípios e péssimo (1) quando não forem identificados, ou forem entre 1 e 2 princípios universais.

Quanto à *Densidade institucional*, terceira e última variável que esquematicamente selecionou-se como fundamental à análise social, considera-se a estrutura organizativa do território para a superação dos dilemas ou das mudanças de comportamento dos atores nas relações sociais e produtivas. Em outros termos, Dallabrida e Fernández (2006) referem-se à estrutura organizativo-funcional de um território, produzida com base na presença de um número significativo de instituições direta ou indiretamente vinculadas ao processo produtivo e do nível de interação entre os atores institucionais e o conjunto de atores territoriais. Os autores relatam que é comum analisar a qualidade dessa “densidade institucional, como o padrão de relacionamentos utilizado pelas redes de ação coletiva local, a partir das interações cooperativas geradas entre os atores públicos e privados”. Consideram-se, no entanto, duas questões fundamentais: a quantidades de atores institucionais vinculados às atividades da cadeia de valor, o desenvolvimento “das ações de cooperação, diferenciando-se as mesmas de acordo com sua modalidade, sua morfologia e o destino da ação de cooperação” (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2006, p. 18), bem como a relação de confiança, de reciprocidade, o bem-estar coletivo.

Nesse sentido, a densidade institucional territorial pode ser compreendida apoiada nos agrupamentos dos atores/agentes públicos e privados, na combinação de diversos fatores incluindo sua interação interinstitucional, na relação de trabalho cooperativo, na representação coletiva, com um propósito comum em termos institucionais/ou empresariais e culturais, notadamente em normas e valores compartilhados (KIRAT; LUNG, 1999), formando um sistema territorial, dinâmico de reprodução, fundado segundo Fernández (2004), em inovações, de determinado território.

Para a terceira variável buscou-se como base os estudos de Fernández (2004) e Dallabrida e Fernández (2006), especialmente para identificar as formas de organização, a qualidade das relações sociais, a inovação tecnológica e social do território e os valores compartilhados, que são essenciais para o desenvolvimento territorial, uma vez que provocam mudanças positivas de comportamentos sociais, como nas relações produtivas.

Na análise da densidade institucional selecionou-se 10 critérios que são capazes de produzir um perfil das instituições, das relações entre estas instituições e dessas com os indivíduos que as integram no território: (i) Interação entre as instituições; (ii) Participação dos indivíduos; (iii) Respeito a liberdade individual; (iv) Espaços de deliberação democrática (conselhos, entre outras); (v) Participação das instituições na construção da opinião pública; (vi) Respeito das instituições com o ambiente; (vii) Liberdade de associação; (viii) Liberdade de manifestação religiosa, política, entre outras; (ix) corrupção; (x) Inovação e tecnologia social.

Para esta análise da Densidade Institucional indica-se o questionário semiestruturado, com base nos 10 critérios selecionados para ativação do Patrimônio Territorial, anteriormente citados. Considera-se essa técnica fundamental para coletar as informações necessárias da realidade territorial, visto que oportuniza o levantamento das percepções, das opiniões, das crenças e dos interesses dos atores individuais e coletivos. A análise sugere visitas “*in loco*”, coleta de dados por meio de levantamentos e análises dos cadastros das instituições,

Nesta variável, Densidade institucional se propõe, do mesmo modo, a organização em uma escala de classificação de cinco níveis. Neste sentido, considera-se em nível ótimo (5), quando de 9 a 10 dos critérios selecionados, forem identificados no território; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 dos critérios; de nível regular (3) quando identificados 5 a 6 critérios; de nível ruim (2) quando identificados de 3 a 4 critérios e péssimo (1) quando for de apenas 1 a 2 dos 10 critérios selecionados para análise da ativação do território.

Para compreender o comportamento social, em particular a percepção, faz-se necessário analisar a estrutura social, especialmente averiguar as funções imperativas, as posições sociais, os privilégios e os papéis ou *status* que desempenham, tais como as ordens proibitivas, imperativas e permissivas no território.

No Quadro 3 apresenta-se uma síntese deste terceiro componente da dimensão social, com suas variáveis, instrumentos de coleta e proposta de indicadores.

Quadro 3 – Valores, Normas e Moral e Densidade Institucional

Dimensão social			
Componente	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados	ESCALA – (1 a 5)
Valores, normas e estruturas sociais	Valores	- Questionário estruturado	5: 9 – 10 (ótimo) 4: 7 – 8 (bom) 3: 5 – 6 (regular) 2: 3 – 4 (ruim) 1: 1 – 2 (péssimo)
	Normas e Moral	- Questionário estruturado	5: 9 – 10 (ótimo) 4: 8 – 7 (bom) 3: 5 – 6 (regular) 2: 3 – 4 (ruim) 1: 1 – 2 (péssimo)
	Densidade Institucional	- Questionário semiestruturado com base em 10 critérios selecionados para ativação do Patrimônio Territorial. - Visitas “ <i>in loco</i> ” - Cadastro das instituições	5: 9 – 10 (ótimo) 4: 7 – 8 (bom) 3: 5 – 6 (regular) 2: 3 – 4 (ruim) 1: 1 – 2 (péssimo)

Fonte: Organizado pelos autores.

A DIMENSÃO SOCIAL: UMA PROPOSTA DE AGLUTINAÇÃO

Demarcados os elementos essenciais de cada um dos componentes da dimensão social, bem como apresentadas as variáveis constitutivas, os possíveis instrumentos de coleta e a proposta de mensuração, trata-se agora de visualizar uma síntese de como se poderia investigar a dimensão social do patrimônio territorial. O Quadro 4, de certa forma, sintetiza a proposta metodológica apresentada para o estudo da dimensão social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial.

Quadro 4 – Proposta metodológica para o estudo da dimensão social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial

Dimensão social			
Componentes	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados	ESCALA – (1 a 5)
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	Trabalho formal e informal	– Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)	5: 80 a 100% da PEA (ótimo) 4: 60 a 79% da PEA (bom) 3: 50 a 59% da PEA (regular) 2: 40 a 49% da PEA (ruim) 1: 1 a 39% da PEA (péssimo)
	Distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe	– Índice de Gini	5: 0 a 0,30 (ótimo) 4: 0,31 a 0,40 (bom) 3: 0,41 a 0,50 (regular) 2: 0,51 a 0,60 (ruim) 1: 0,61 a 0,80 (péssimo)
	Indicadores de vulnerabilidade social	– Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	5: 0 a 0,200 – muito baixa (ótimo) 4: 0,201 a 0,300 – baixa (bom) 3: 0,301 a 0,400 – média (regular) 4: 0,401 a 0,500 – alta (ruim) 1: 0,501 a 1 – muito alta (péssimo)
Formas de organização e interação	Grupos sociais e estratos de classe organizados	– Questionário estruturado	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Redes de relações	– Questionário estruturado – Entrevista semiestruturada – Visitas “in loco”	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Formas de cooperação e associação	– Questionário estruturado	5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 50 a 59% (regular) 2: 40 a 49% (ruim) 1: 1 a 39% (péssimo)

Valores, normas e estruturas sociais	Valores	– Questionário estruturado	5: 9 – 10 (ótimo) 4: 7 – 8 (bom) 3: 5 – 6 (regular) 2: 3 – 4 (ruim) 1: 1 – 2 (péssimo)
	Normas e Moral	– Questionário estruturado	5: 9 – 10 (ótimo) 4: 7 – 8 (bom) 3: 5 – 6 (regular) 2: 3 – 4 (ruim) 1: 1 – 2 (péssimo)
	Densidade Institucional	– Questionário semiestruturado com base em 10 critérios selecionados para ativação do Patrimônio Territorial. – Visitas “ <i>in loco</i> ” – Cadastro das instituições	5: 9 – 10 (ótimo) 4: 7 – 8 (bom) 3: 5 – 6 (regular) 2: 3 – 4 (ruim) 1: 1 – 2 (péssimo)

Fonte: Organizado pelos autores.

O quadro evidencia que o estudo da dimensão social requer a intercomplementaridade de áreas do conhecimento, de abordagem metodológica e de instrumentos de coleta de dados. Requer a interdisciplinaridade e o diálogo entre as diversas ciências e cientistas, na direção do proposto por Minayo (2014), ao referir-se à “triangulação de métodos”, tendo presente “um quadro de referência compartilhado”, que orienta a busca dos dados essenciais para captar as manifestações do objeto. A triangulação de métodos significa a adoção de uma postura de diálogo e de trabalho com diferentes instrumentos, sem, *a priori*, descartar qualquer possibilidade em nome de opções excludentes. O quadro indica um possível caminho a ser percorrido. Uma espécie de roteiro que, é claro, pode ser aperfeiçoado, complementado ou modificado por investigadores ou grupos de pesquisa a partir de seus referenciais ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos. O intuito aqui é apresentar uma proposta a ser maturada na discussão e na prática e não propor um manual a ser seguido de forma categórica.

Nas Ciências Sociais existe uma tradição consolidada no sentido de que o cientista, ao propor uma pesquisa, tem ciência de que seu objeto é histórico e, por ser histórico, encontra-se na condição de “estar” e não de “ser”. Com isso, o trabalho do cientista caminha na direção de propor um conjunto de procedimentos capazes de viabilizar a aproximação do objeto e a compreensão de suas manifestações, mesmo sabendo da impossibilidade de apreendê-lo em sua totalidade.

Traduzindo o Quadro 4 em uma representação lógico-matemática a fim de gerar um Índice da Dimensão Social em estudos do patrimônio territorial e contribuir para a construção de um Índice Geral do Patrimônio Territorial, em diferentes escalas de territórios ou formações sociais específicas, se propõe o Quadro 5.

Quadro 5 – Representação e equação para o estudo da dimensão social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial

Componentes	Variáveis	Escala					Médias	
		1	2	3	4	5	Equação	Valor
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	T1						$\frac{T1 + T2 + T3}{3}$	T
	T2							
	T3							
Formas de organização e interação	O1						$\frac{O1 + O2 + O3}{3}$	O
	O2							
	O3							
Valores, normas e estruturas sociais	V1						$\frac{V1 + V2 + V3}{3}$	V
	V2							
	V3							
Índice que representa a Dimensão Social (IDS)						$\frac{T + O + V}{3}$	IDS	

Fonte: Organizado pelos autores.

Nesta composição do Índice da Dimensão Social (IDS), cada um dos três componentes teve o mesmo peso (33,33%), assim como cada uma das três variáveis em cada um dos três componentes. Esta sinalização indica que as nove variáveis e os três componentes não estabelecem, entre si, uma escala de valoração diferenciada por representarem aspectos estruturais ou conjunturais da realidade. É claro que o apresentado aqui é uma espécie de “tipo ideal”, na direção da tradição weberiana (WEBER, 1999), amplamente presente nas Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, mas que pode ser reconfigurada em contextos específicos e tradições teóricas diferenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou estabelecer uma reflexão sobre a dimensão social do território, delimitando uma possível compreensão sobre ela, apontando seus componentes e variáveis, assim como propondo procedimentos de coleta e análise de dados capazes de orientar pesquisas a seu respeito. Tem-se claro que a reflexão sobre a dimensão social do território não significa que ela possa ser isolada da totalidade, mas sim que ela deva ser esmiuçada, com o devido rigor científico, no sentido de melhor compreendê-la. A compreensão da totalidade é que dá sentido às suas múltiplas dimensões e escalas. Não se entende, porém, a totalidade sem um olhar analítico, com os instrumentos da ciência, no sentido de explicitar suas características constitutivas.

Entende-se que a dimensão social de dado território possa ser compreendida a partir de três grandes componentes analíticos, articulados entre si: (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos; (ii) as formas de organização e interação e (iii) os valores, normas e estruturas sociais que a constituem e lhe dão consistência. O modo de produção capitalista é baseado na propriedade privada dos meios de produção, no trabalho como fonte principal de produção de riqueza e no mercado como *lócus* essencial da circulação, do acesso e do consumo

dos bens e serviços produzidos. É por meio do trabalho que os seres humanos modificam a matéria-prima extraída da natureza para transformá-la em produtos que são colocados no mercado.

Nesse contexto, as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços (ou consumo) possuem uma intrínseca conexão e proximidade, são marcados por intensas contradições e se apresentam de formas diversas, em diferentes territórios. Para estudá-las, a proposta apresentada aponta três variáveis: (i) trabalho formal e informal; (ii) distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe e (iii) indicadores de vulnerabilidade social.

Em um cenário de globalização, grandes transições, enormes desigualdades e acentuada polarização social, compreender as formas de organização e interação presentes em um dado território requerem uma nova sociologia do conhecimento e uma abordagem interdisciplinar que esteja atenta para três variáveis essenciais: (i) grupos sociais e estratos de classe organizados; (ii) redes de relações; e (iii) formas de cooperação e associação.

Quando se trata de olhar para os valores, normas e estruturas sociais, se tem presente a necessidade de identificar os atores, os interesses de classes, as contradições, os processos históricos, e, especialmente, compreender como a sociedade se organiza no território. Nas sociedades capitalistas, os valores cumprem um papel decisivo na práxis social; a hegemonia dos valores dominantes (de classes ou de grupos) influencia a população a agir nos territórios conforme crenças e interesses, especialmente econômicos e políticos, e se cria, de certa forma, uma percepção abstrata de valores supostamente universais. Para compreender este cenário a proposta apresentada aponta para a necessidade de se trabalhar com três variáveis essenciais: (i) valores; (ii) normas e moral; e (iii) densidade institucional.

A reflexão sobre a dimensão social dos territórios, em estudos centrados no patrimônio territorial, estabelecida neste texto, evidenciou a necessidade de se trabalhar com 3 grandes componentes e 18 variáveis, a partir de uma abordagem interdisciplinar, multidimensional e multiescalar, que esteja atenta às grandes transformações em curso nas sociedades mundiais, mas, ao mesmo tempo, mantenha sensibilidade para perceber as manifestações dos diferentes atores e o desenho dos diversos cenários. Para que isso seja possível, a postura epistemológica, teórica e metodológica requer atenção especial dos pesquisadores que precisam “ir a campo” munidos de ferramentas adequadas, capazes de serem reconstruídas constantemente na interação com a realidade. Eis o grande desafio que se impõe.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao CNPq e a FAPERGS pelo auxílio no projeto.

REFERÊNCIAS

ANÉSE, R. L. R. *Arranjos produtivos locais e capital social no Vale do Jaguari/RS*. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

BAGLIONI, E. Labour control and the labour question in global production networks: Exploitation and disciplining in Senegalese export horticulture. *Journal of Economic Geography*, Oxford, v. 18, n. 1, p. 111-137, 2018.

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro, 2010.
- BOBBIO, N. *Teoria do ordenamento jurídico*. 9. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- BOISIER, S. E. *Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial*. Santiago de Chile: Ilpes, 1997.
- BOURDIEU, P. E. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC; SEF, 1998.
- CAZELLA, A. A.; CARRIÈRE, J. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2006.
- CHEN, M. The Informal Economy: Definitions, Theories and Policies. *WIEGO working Paper*, Manchester, v. 1, n. 26, p. 90.141-90.144, 2012.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Harvard: Harvard University Press, 1990.
- CORIAT, B. (dir.) *Le Retour des Communs: la crise de l'idéologie propriétaire*. Paris: LLL (Les Liens que Libères), 2015.
- COSTA, M. A.; SANTOS, M. P. G. dos; MARGUTI, B. O.; PIRANI, N. C.; PINTO, C. V. da S.; CURTI, R. L. C.; RIBEIRO, C. C.; ALBUQUERQUE, C. G. de. *Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/177580>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- COVAS, A. *Transição digital e inteligência coletiva territorial*. Lisboa: Editora Sílabo, 2021.
- COVAS, A.; COVAS, M. M. *A construção social dos territórios-rede: a inteligência territorial da 2ª ruralidade*. São Paulo: Editora LiberArs, 2014.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.
- DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. densidade Institucional. In: SIEDENBERG, D. R. (org.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 67-69.
- DALLABRIDA, V. R.; COVAS, M. M.; COVAS, A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária, mas não suficiente. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 360-378, maio/ago. 2017.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.
- DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (org.). *O sabor da origem*. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.
- DIAS, L.; SILVEIRA, R. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- FERNÁNDEZ, V. R. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los '90s. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 1, p. 7-35, jan./abr. 2004.
- GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. *Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)*. 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4860551/mod_resource/content/1/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.
- GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; WOO, M. *Measuring social capital: an integrated questionnaire*. 2004. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/515261468740392133/Measuring-social-capital-an-integrated-questionnaire>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

- HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2021.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- INNERARITY, D. *A sociedade invisível: como observar e interpretar as transformações do mundo atual*. Lisboa: Teorema, 2009.
- INNERARITY, D. *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 fev. 2023.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Brasília: Ipea, 2015.
- JONAS, A. E. Local labour control regimes: uneven development and the social regulation of production. *Regional Studies*, Abingdon, v. 30, n. 4, p. 323-38, 1996.
- KIRAT, T.; LUNG, Y. Innovation and proximity territories as loci of collective learning processes. *European Urban and Regional Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 27-38, jan. 1999.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. Lisboa: Editora Guerra e Paz, 2021.
- MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Análise da evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2016. *Revista Necat – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 72-94, 2018.
- MILLAR, K. *The Informal Economy: Condition and Critique of Advanced Capitalism*. Durban: CCS, 2007.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- NEVES, C.; CAMARA, M. R. G. Da; SESSO FILHO, U. A.; ESTEVES, E. G. Z.; MARCONATO, M. Análise do Índice de Gini nos municípios de Santa Catarina em 2000 e 2010: uma abordagem exploratória de dados espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 209-227, jun. 2016.
- PATTENDEN, J. Working at the margins of global production networks: local labour control regimes and rural-based labourers in South India. *Third World Quarterly*, Abingdon, v. 37, n. 10, p. 1.809-1.833, 2016.
- PRONI, M. W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 22, p. 825-854, 2013.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- RAMOS, J. P. S.; COSTA, F. M. Análise comparativa sobre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) entre o município de Santa Inês (BA), a Bahia e o Brasil no Ano de 2010. In: SEMANA DE ECONOMIA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 8., 2018, Ilhéus. *Anais [...]*. Ilhéus: Uesc, 2018.
- RIFKIN, J. *A era do acesso: a revolução da nova economia*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- ROKEACH, M. *Understanding Human Values: Individual and Societal*. New York: Free Press, 1979.
- ROTTA, E.; TEIXEIRA, T.; COVAS, M.; ANDRADE, A.; QUADROS, D. A. Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da Dimensão Social. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 100-116, jan./abr. 2022.
- SCHWARTZ, S. H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. *Advances in Experimental Social Psychology*, Waterloo v. 25, p.1-65, 1992.
- SCHWARTZ, S. H.; CIECIUCH, J.; VECCHIONE, M.; DAVIDOV, E.; FISCHER, R.; BEIERLEIN, C.; KONTY, M. Refining the theory of basic individual values. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, v. 103, n. 4, p. 663-688, 2012.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, A.; BARBU, M.; CAMPLING, L.; HARRISON, J.; RICHARDSON, B. Labor regimes, global production networks, and European union trade policy: labor standards and export production in the Moldovan clothing industry. *Economic Geography*, London, v. 94, n. 5, p. 550-574, 2018.
- TAMAYO, A. Hierarquia de valores transculturais e brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 269-286, 1994.
- TAMAYO, A.; SCHWARTZ, S. H. Estrutura motivacional dos valores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília v. 9, p. 329-348, 1993.

TORRES, C; SCHWARTZ, S. H.; NASCIMENTO, T. A Teoria de Valores Refinada: associações com comportamento e evidências de validade discriminante e preditiva. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 341-356, 2016.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0